

A GEOGRAFIA ECONÔMICA DA PEQUENA CIDADE: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES SÓCIOESPACIAIS DAS ATIVIDADES COMERCIAIS EM SUMÉ-PB

THE ECONOMIC GEOGRAPHY OF THE SMALL CITY: AN ANALYSIS OF THE SOCIO-SPATIAL TRANSFORMATIONS OF COMMERCIAL ACTIVITIES IN SUMÉ-PB

Gustavo dos Santos COSTA¹
Lincoln da Silva DINIZ²

Artigo recebido em 09/09/2019, aceito em 29/11/2021, publicado em 06/01/2022.

RESUMO

Palavras-chave:

Pequena cidade;
Feira livre; Centro urbano e comercial;
Racionalização do espaço.

A despeito do adjetivo “pequeno”, as pequenas cidades ou cidades locais são espaços complexos de economias associadas majoritariamente aos setores de comércio e serviço, marcados pela relação entre o tradicional e o contemporâneo. Esses locais apresentam inúmeras particularidades, o que faz necessário um grande esforço teórico e metodológico para sua compreensão. Nesta perspectiva, a corrente pesquisa objetivou mapear e caracterizar as formas comerciais e sua dimensão espacial. Gerou-se um banco de dados composto por mapas temáticos e gráficos no qual constatou-se que historicamente o centro urbano e comercial convive com um processo de racionalização do seu espaço. Processo que se manifesta através da relação entre objetos no arranjo espacial constituída como forte mecanismo para a reprodução das atuais lógicas das relações de produção.

ABSTRACT / RESUMEN / RÉSUMÉ / RIASSUNTO

Keywords:

Small town; Free Market; Urban and commercial center; Rationalization of space.

Despite the adjective “small”, small towns or local cities are complex spaces, of economies mostly associated with the trade and services sector, marked by the relationship between the traditional and the contemporary. These places have numerous particularities, which makes a great theoretical and methodological effort necessary for their understanding. In this perspective, the current research aimed to map and characterize commercial forms and their spatial dimension. Generating a database, composed of thematic maps and graphs, in which, it was found that, historically, the urban and commercial center coexists with a process of rationalization of its space, which manifests itself through the relationship between objects in the spatial arrangement, constituted as a strong mechanism for reproducing the current logic

¹ Possui Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande (2019), Especialista (Lato sensu) em Metodologia do Ensino de Geografia e em Educação ambiental pela Faculdade FAMART IPB (2022), mestre em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (2022) e mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Campina. Atualmente é professor de Geografia da Educação Básica III na rede estadual de ensino da Paraíba.

² Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (2000). É Mestre (2004) e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é Professor Adjunto T-40 DE no Curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Campina Grande. Tem experiência na área de ensino e pesquisa, atuando principalmente nos seguintes temas: dinâmicas urbanas e regionais, comércio urbano, serviços e consumo.

of production relations.

1. INTRODUÇÃO

No atual contexto social, econômico e político, as dialéticas cidade-campo e centro-periferia, ambas postas por Lefebvre (1999), ganham novas dinâmicas espaciais. Como descreve Santos (1997), os atuais recursos técnicos possibilitam uma integração informacional, nunca vista na história, que é resultante do acúmulo histórico e sistemático de técnicas. De acordo com o autor, tal conjuntura não pode definir o mundo como uma “aldeia global”. No entanto, podemos concebê-lo como uma cidade, por sua vez, heterogênea e segregada. Embora sejam identificadas significativas desigualdades na ocupação dos territórios, em virtude das estratégias de uso do espaço, a produção do mesmo se dá pela formação de um complexo mosaico paradoxal, coerente e articulado. Este caráter contraditório da reestruturação econômica e espacial emergente é definido por Soja (1993) como um “movimento oximórico”³ inerente à dinâmica capitalista.

Esta discussão a respeito da atual configuração e dinâmica das relações sociais de produção em escala global é resultado de um longo debate da Geografia Econômica durante todo o século XX, o que não significou a resolução dos questionamentos que a envolvem. Pelo contrário, multiplicaram-se as dúvidas. Todavia, o que nos resta são algumas poucas constatações consolidadas que nos direcionam à compreensão destes fenômenos. Uma destas constatações, como descreve Soja (1993), é a existência de uma importante desindustrialização urbana que tende a esvaziar as antigas aglomerações nodais, migrando os recursos para os anéis suburbanos e para as pequenas cidades não metropolitanas.

Chamam nossa atenção, tornando-se o foco deste texto, os impactos causados pela atual espacialização de sua base material, ou seja, os recursos técnicos formadores das condições de produção contemporâneas. Harvey (1980), diante de tal inquietação, transcende as contribuições filosóficas e metodológicas de Lefebvre, elaborando uma base teórico-metodológica que articula o pensamento social, econômico e político sobre os efeitos da reestruturação produtiva na dinâmica espacial. O autor evidencia em sua análise dois conceitos importantes da geografia do século XX: acessibilidade e proximidade. Para o autor, todo e qualquer objeto exerce função sobre os demais. Portanto, toda e qualquer política (ação) de alocação ou relocação de um objeto ou de um conjunto de objetos provoca uma série de efeitos no seu entorno, valorizando ou desvalorizando o solo, concentrando ou redistribuindo renda.

³ O movimento oximórico, na perspectiva de Soja (1993), é um diálogo entre os opostos. É a relação em que a contradição, aparentemente irracional, se apresenta enquanto lógica de organização, sendo o contraditório o motor sinérgico do modo de produção capitalista.

Tendo em vista a generalização dos processos hegemônicos e seus respectivos efeitos na configuração e na dinâmica da totalidade, o presente artigo foca a compreensão dessas transformações nas pequenas cidades, tendo como objeto de análise os conflitos entre as maneiras tradicionais e as novas formas de comércio existentes nestas cidades, a partir do caso de Sumé, localizada no interior do estado da Paraíba. Os procedimentos metodológicos se fundamentam na formação econômica e na atual configuração comercial de Sumé. Para tanto, utilizamos instrumentos metodológicos da pesquisa quali-quantitativa⁴, comuns aos estudos atuais em Geografia Econômica, como a pesquisa in loco, a realização de registros fotográficos, a aplicação de formulários, além da elaboração de um mapeamento da configuração territorial do espaço urbano e comercial local através do Software *Quantum Gis*⁵. Vinculados às imagens da ferramenta *Google Street View*⁶, esses instrumentos possibilitaram a produção de mapas e de gráficos que representam o caráter estrutural das transformações vivenciadas pela cidade.

As pequenas cidades historicamente foram marcadas pela exclusão dos sistemas modernos de produção em decorrência da própria lógica de alocação industrial moderna. Contudo, as novas técnicas possibilitaram a expansão de uma nova condição espacial para estas cidades, resultando em novas formas de apropriação do espaço. A velocidade dessas transformações não é apenas amedrontadora, ela também oferece riscos reais ao equilíbrio organizacional desses pequenos sistemas econômicos, pois essas cidades não possuem condições para a regulação dos impactos de tais processos. Portanto, tornam-se importantes objetos de estudo, tendo em vista seu valor científico, tratando-se de um fenômeno recente que é pouco estudado do ponto de vista da própria função social da produção científica, visto a necessidade de compreender os impactos dessa nova condição espacial.

Nessa perspectiva, dividimos o desenvolvimento deste texto em cinco seções, cada qual abordando as questões de nossa análise. O primeiro tópico trata-se de uma breve exposição sobre o tema. A segunda seção busca seguir nossa discussão com um resgate teórico a respeito da formação do centro urbano e comercial das pequenas cidades, delimitando a escala geográfica a ser analisada mais a frente. A terceira seção aborda a principal característica do atual modo de produção, a “onipresença”, ainda que residual e fragmentada, das pequenas cidades na estruturação capitalista. O quarto tópico direciona a discussão para a formação da economia urbana de Sumé. Esta seção retoma um aspecto importante da metodologia utilizada: a relação de interdependência entre os objetos no espaço. A quinta seção reúne todos os questionamentos inseridos ao longo do texto, buscando respondê-los a partir de um caso concreto no qual mapas e gráficos

⁴ Se constitui como uma alternativa metodológica de produção científica, na qual, compromete-se em estreitar a relação entre os instrumentos quantitativos e qualitativos de pesquisa, possibilitando uma compreensão generalista que se molda mediante contato com a particularidade do fenômeno analisado.

⁵ O *Quantum Gis* é um software livre, no qual possui o código-fonte aberto, dispendo de multiplataforma de sistema de informação geográfica, permitindo a visualização, edição e análise de dados georreferenciado, como a elaboração de mapas, cartas e plantas.

⁶ A ferramenta *Google Street View* é um recurso do *Google Maps* e do *Google Earth* que torna disponível vistas panorâmicas de 360° na horizontal e 290° na vertical de diversos lugares do globo terrestre.

nos auxiliam na sistematização das análises. Ao final da pesquisa, foi possível constatar que historicamente as transformações estruturais efetivamente se dão, em sua maioria, através da alocação, da relocação ou ainda da anulação de algum conjunto de objetos (recursos técnicos), na maioria dos casos, fortalecidos pela adoção de novos comportamentos, reconfigurando o arranjo espacial e redistribuindo os capitais.

2. O CENTRO URBANO E COMERCIAL NA PEQUENA CIDADE

Antes de qualquer aprofundamento, cabe aqui a especificação do conceito de cidades, a partir do qual nos comprometemos em analisar as pequenas cidades. Na literatura atual da ciência geográfica encontramos a presença do termo “cidades pequenas”. No entanto, cabe retomar de modo breve uma reflexão posta por Santos (1979) ao identificar que a terminologia “cidade pequena” ou “pequena cidade” faz referência aos aspectos quantitativos, ou seja, ao número de habitantes, dado meramente descritivo e não explicativo, já que a depender da localização geográfica uma cidade de 20.000 habitantes pode ser considerada de porte médio e, assim, exercer uma função que exige considerável centralidade. Por outro lado, o termo “cidade local” refere-se aos elementos qualitativos, especificando sua influência na rede, ou seja, trata-se das cidades de influência local, possuindo uma centralidade com limitações reduzidas que se revelam como reflexos de sua base material.

Nesse contexto, podemos pensar as formas comerciais que em sua essência não possuem uma padronização, muito menos uma única forma, sendo consequências do conteúdo que lhe é próprio. Sua formação está atrelada às influências oriundas de diversas escalas, desde globais até locais, como as novas tendências, até os hábitos cotidianos da localidade e o próprio sítio urbano (SANTOS, 1997). Assim, a espacialização das atividades terciárias terão múltiplas faces resultantes do diálogo entre diversos processos, eventos e racionalidades que particularizam a produção espacial na contemporaneidade. Contudo, cabe observar que regionalmente identifica-se a existência de alguns elementos em comum, como o processo de ocupação, a configuração espacial da economia, a cultura predominante e a base material, fatores que, por sua vez, irão resultar em formações espaciais urbanas com diversas características semelhantes. Além disso, atualmente deve-se levar em consideração as novas tendências tidas como hegemônicas na reprodução dos “ideais globais” no arranjo espacial local.

Estabelecendo o recorte espacial do Nordeste brasileiro, observamos que historicamente as dinâmicas econômicas/comerciais das pequenas cidades dessa extensa e complexa região foram caracterizadas pelas relações campo-cidade, sendo através dos pequenos comércios das feiras livres que as cidades construíram suas funções e identidades próprias (DANTAS, 2008). Essas formas periódicas de comércio ocorriam, em sua maioria, uma vez por semana, sendo responsáveis pelo abastecimento de acessórios e alimentos básicos e pelo escoamento da produção do local. Diniz (2011) aponta que o centro

urbano e as ruas comerciais de muitas cidades situadas no interior nordestino tiveram sua gênese associada à dinâmica espacial das chamadas feiras livres.

Esta observação possibilita analisar a (re)formação do arranjo espacial a partir da influência de um elemento ou de um conjunto de elementos com maior destaque, neste caso a feira livre e todo o seu conjunto de objetos e práticas. Em sua maioria, essa influência se dá através da mediação ocasionada pelas relações sociais e pela função indutiva da paisagem. Esse processo de (re)produção espacial caracterizado pela influência direta de um elemento ou de um conjunto de elementos inseridos no arranjo espacial é conceituado por Harvey (1980) como “efeito-exterior”. Torna-se compreensível que, em virtude da existência desses elementos, em especial a feira livre, formam-se ruas comerciais, por sua vez reprodutoras da lógica que favoreceu sua materialização, assim formando pequenos centros comerciais que estruturam a permanência daquelas.

As ruas comerciais do próprio centro urbano e comercial são o pressuposto base para a tecnização das pequenas cidades e sua inserção na atual lógica de produção capitalista, sendo a partir disso que se instalam os bancos, os supermercados/mercados, as lojas especializadas e as construções de arquitetura moderna. Todavia, sua hegemonia não é imediata, na verdade, ela é resultante de um “lento” processo de racionalização dos hábitos e das relações sociais de produção, alterando sua relação com as formas de comércio tradicionais, como os pequenos comércios das feiras livres. Apesar do incessante processo de imitação e (re)produção das formas espaciais, esses tradicionais espaços mantêm diversas características inerentes às cidades locais, distinguindo-se dos modelos hegemônicos das ruas comerciais.

Partimos do pressuposto de que a (re)formação das formas espaciais nunca se concluem, em outras palavras, trata-se de um processo no qual seu motor sinérgico são as próprias relações sociais e o uso desses espaços que, por sua natureza, não apresentam finitude a curto e médio prazo. Desse modo, a dinâmica socioespacial de um determinado subespaço está intrinsecamente relacionada com os elementos componentes do referido arranjo espacial. A base técnica dos objetos e a racionalidade posta ao seu presente uso induzem diretamente o surgimento de novos objetos pertencentes ao mesmo sistema ou à família técnica, condicionando uma tendência de uniformização na compreensão dos mesmos pela comunidade local.

Na compreensão da realidade espacial e de suas diversas dinâmicas, Harvey (1980) chama a atenção para o papel dos elementos materiais existentes no espaço a partir da relação dialética entre os objetos e seu entorno, a qual o mesmo denomina “efeito-exteriorização”. O autor parte da premissa de que todo e qualquer objeto inserido ou retirado do arranjo espacial exerce uma influência direta na dinâmica local/regional. Acrescenta ainda que essa relação associada à alocação e redistribuição dos mecanismos responsáveis pela dinâmica das relações de produção determina parte da distribuição de renda e o

desenvolvimento socioeconômico, conceituando-o como indispensável para a compreensão da organização e dinâmica espacial, já que pode ser compreendido como um mecanismo oculto de distribuição de renda.

Por sua vez, a natureza do arranjo espacial urbano é dependente desses mecanismos para manter sua função social, sendo a partir desses objetos que a cidade se forma, reforma e sedia as relações sociais de produção. Seguindo esta análise, Santos (1997, p. 39) define o conceito de espaço como sendo “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, [...] como o quadro único no qual a história se dá”. Possibilitando, assim, associar o arranjo espacial com as ações humanas que inerentemente constituem-se enquanto única fonte sinérgica. Neste sentido, a relação dialética entre materialidade e abstração que compõe as formas espaciais apresenta-se com maior nitidez mediante a visualização e a percepção do espaço. Categoria analítica que, associada ao conceito de paisagem, é responsável por abarcar o armazenamento de informações geradas pelos sensores humanos em decorrência do contato com a realidade espacial enquanto principal veículo de manipulação das massas. De acordo com Lefebvre (1999), a paisagem é compreendida enquanto instrumento passível de manipulação e de uso estratégico, já que sua materialidade é composta, antes de tudo, por uma ideologia, e sua visualização, aparentemente passiva, implica uma (re)produção ideológica.

Lefebvre (2001) entende o arranjo espacial da cidade como um livro, contendo textos de diversas temporalidades escritos simultaneamente por inúmeros autores distintos e sem uma ordenação lógica, produzindo formas espaciais nesse mesmo sentido. Contudo, apesar de aparentar certa aleatoriedade, sua produção e sua reprodução seguem uma racionalidade e um conjunto de intenções, hoje caracterizados pela busca incessante de mais-valia e pela acumulação de capital. Entretanto, ao longo da história das cidades existiram outras lógicas de produção do espaço.

A paisagem é composta por um conjunto de formas espaciais produzidas e reproduzidas a partir das relações sociais. Assim, pode-se observar a paisagem como resultado das relações sociais cotidianas. Entretanto, cabe acrescentar que as relações sociais na contemporaneidade em parte são condicionadas por interesses hegemônicos, explicitamente através do consumo dirigido e das paisagens planejadas ou artificiais, como os monumentos, que, em decorrência de sua imposição visual, apresentam um discurso predefinido e muitas vezes incoerente com a realidade sócioespacial local.

Por sua vez, esses elementos materiais (conjunto técnico) apresentam influências na dinâmica espacial a partir dos impactos gerados no seu entorno, principalmente enquanto mecanismos ocultos para a redistribuição de renda. Esses elementos devem apresentar alguma coerência organizacional ao modo de produção capitalista, seja ligada aos interesses locais internos ou aos interesses supralocais externos. No entanto, dificilmente apresentam coerência em relação a ambos. Assim, podem ser coerentes e incoerentes com a dinâmica espacial local, da mesma forma em que podem agravar ou reduzir as fragilidades

socioespaciais existentes. Esses impactos devem ser medidos pelo próprio planejamento urbano, já que a manipulação da dinâmica urbana é interesse de diversos grupos sociais preocupados ou não com a justiça social.

Cabe destacar que esses interesses se concentram em alguns pontos das cidades, já que estas são compostas por múltiplas realidades. Mantendo o foco no centro urbano e comercial da cidade, onde se concentram as atividades terciárias, podemos conceituar o centro urbano como um elemento estruturante da dinâmica das cidades, dando-lhe ordenação e sistematização (VILLAÇA, 2012). Dessa forma, independentemente do tamanho, da localização e da própria organização espacial, o centro urbano e comercial da cidade exerce influência direta na dinâmica e na própria existência de uma localidade urbana, tornando-se alvo de diversos grupos e constituindo-se com um real campo de conflitos.

No caso dos centros das pequenas cidades que também emergem enquanto centros urbanos e comerciais, eles concentram, na maioria dos casos, todos os instrumentos básicos para o funcionamento da estrutura urbana, como prefeitura, hospitais, clínicas, correios, escolas, praças, assim como os mecanismos mínimos para a reprodução das relações de produção, empresas, escritórios de consultoria, bancos, entre outros. Contudo, essa configuração é recente e mutável. No atual contexto, a principal característica dos centros é sua capacidade de fluidez gerada pela própria instabilidade ou necessidade de transformação que a violência da competitividade impõe na atualização das paisagens aos novos moldes do capitalismo. Desse modo, em poucos anos suas características serão outras.

Essas espacialidades se caracterizam pelo seu recente passado predominantemente agrário e pela imposição de transformações em curto prazo de tempo, levando a um processo de hibridização entre as novas tendências e o caráter tradicional-agrário dominante no interior nordestino. De acordo com Gomes et al. (2009), as pequenas cidades do Nordeste foram integradas à dinâmica capitalista não como unidades produtivas, mas majoritariamente sob a condição de unidades consumidoras. Assim, pode-se observar que as maiores transformações se concentram nas atividades terciárias relacionadas às atuais tendências de consumo.

Ainda no tocante aos resquícios pré-capitalistas, as dinâmicas das pequenas localidades tendem a (re)produzir os novos moldes urbanos a partir da lógica da imitação, mas considerando suas particularidades. Esse processo implica a eliminação de qualquer manifestação que se mantenha sob outras racionalidades e manifesta-se em espacialidades distintas. Essa eliminação/substituição privilegia as melhores localizações onde se encontram as formas comerciais tradicionais, executando-se pela mutação da paisagem. Contudo, compreender esse processo como a única alternativa para o desenvolvimento sócioespacial é um grande equívoco, pois quando tratamos de cidades não nos referimos diretamente a um objeto, mas a uma categoria de espacialidade e organização sócioespacial que se manifesta de inúmeras formas marcadas por sua função

e pelo seu contexto local/regional, incapaz de reproduzir fielmente modelos pré-estabelecidos ou tendências homogêneas que sufocam a dinâmica local e aumentam a instabilidade política e econômica das cidades.

4. AS PARTICULARIDADES DA DINÂMICA DO SETOR TERCIÁRIO EM SUMÉ

O município de Sumé encontra-se localizado na Região Geográfica Intermediária de Campina Grande, no interior da Paraíba, assim como na Região Geográfica Imediata de Sumé (IBGE, 2017). Esta regionalização proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem como principal critério o grau de influência das cidades no interior da rede urbana, ou seja, a relação dialética entre as cidades com os seus diferentes portes, cada qual com sua importância e função dentro da dinâmica regional. Consolida-se enquanto tentativa de escala nacional de identificação das localidades mais dinâmicas em termos de fluxos espaciais, com base material mais diversificada, ao mesmo tempo em que seus dados residuais possibilitam uma compreensão sistemática das localidades menos dinâmicas ou “opacas”⁷.

De acordo com a clássica divisão do Governo Federal utilizada pelo IBGE, na Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, na qual os critérios adotados estavam relacionados sobretudo aos aspectos agrários de cada unidade estadual da federação em Mesorregiões e Microrregiões, os aspectos agrários eram compostos por uma série de elementos como o nível técnico, as culturas produzidas, a articulação na comercialização, os aspectos sociais, as políticas públicas conveniadas, entre outros (MOREIRA, 1988). De acordo com a regionalização referida, o município de Sumé estava inserido na Microrregião do Cariri Ocidental. Sua Mesorregião era marcada por localização geográfica sob o Planalto da Borborema, e sua economia se resumia à policultura mista e à bovinocultura. Entretanto, era constituída por realidades socioespaciais heterogêneas. Reduzindo a escala para a Microrregião do Cariri Ocidental, apresentava-se como a unidade menos povoada da Paraíba, com os menores níveis sociais, distinguindo-se o predomínio da caprinocultura sobre a bovinocultura (MOREIRA, 1988). A localização do município nas duas regionalizações pode ser vista na figura 1.

⁷ O território brasileiro no atual momento histórico, embora apresente os maiores índices demográficos de sua formação, ainda possui uma distribuição demográfica desigual, em especial no que se refere ao uso racional dos recursos e à tecnização da produção, gerando, assim, dois segmentos de subespaços: de um lado, espaços integrados racionalmente, concentrando grandes cidades, os polos industriais e as sedes das grandes corporações, e, por outro lado, espaços pouco integrados à dinâmica global e, por sua vez, pouco influentes no debate e nas decisões políticas. Denomina-se o primeiro conjunto de “espaços luminosos”, e o segundo de “espaços opacos”.

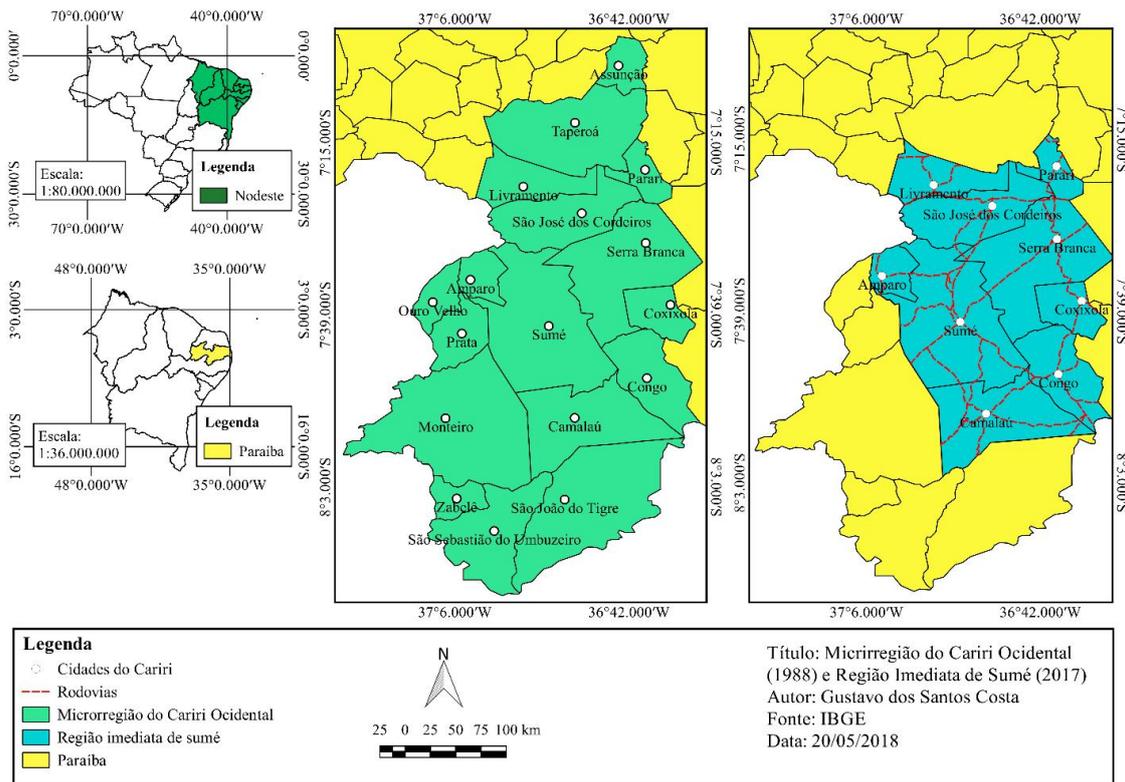


Figura 1: Configuração da Microrregião do Cariri Ocidental e da Região Imediata de Sumé.
 Fonte: COSTA, Gustavo (2018).

Observando o mapa, é evidente a forma como a localização geográfica do município nas duas classificações é estratégica, em virtude de sua centralidade, mantendo proximidades muito semelhantes com todos os municípios circunvizinhos sobretudo com a presença da malha rodoviária que os interliga, a BR 412. Visto que os fluxos em ambas as regionalizações se agruparam ao longo da referida rodovia, esse fato contribuiu para a atração de políticas públicas e atividades terciárias em seu entorno. Tal como apontam Costa & Diniz (2017) e Neco (2010), o fator localização influenciou de modo direto o surgimento das formas comerciais, pois a cidade de Sumé sempre foi repartida por estradas que ligavam Campina Grande à estação ferroviária de Sertânia e ao sertão de Pernambuco, utilizadas principalmente por tropeiros e comerciantes que pousavam em Sumé para descansar e estabelecer relações de troca em mercados abertos.

Em relato do jornalista Irineu Joffily (1988), principal registro do século XIX sobre a localidade, mais especificamente das últimas décadas desse século, fala-se da existência da pequena vila de São Tomé. Nesse documento é destacada a dinâmica da localidade que naquele período já sediava uma feira livre que reunia comerciantes e produtores de toda a sua circunvizinhança, caracterizando-se como polo de relações de troca, ainda que em seu entorno houvesse polos maiores, como as cidades Alagoa do Monteiro e Serra Branca.

No início do século XX as relações comerciais passaram a se intensificar, surgindo as primeiras unidades fixas, como pequenas bodegas, lojas de tecidos e de acessórios básicos, que, na maioria dos casos, ocupavam o mesmo galpão, sendo discriminadas por paredes de compensado para que os tecidos não absorvessem o cheiro das demais mercadorias. Simultaneamente, eram complementadas por comércios periódicos de mercadorias “raras” ou de menor procura ofertadas por feirantes ou tropeiros (SÍLVA, 2011). Cabe observar que as formas comerciais existentes nessa época se organizavam sob outra lógica, caracterizada pela solidariedade entre os comerciantes e feirantes: já que se complementavam, não existiam conflitos significativos, considerando que cada qual possuía sua clientela definida. Posteriormente, com o sucesso da produção de algodão na região até o final da primeira metade do século XX, a feira livre obteve expansão, como pode ser visto na Figura 2.

Após a década de 1950, com a emancipação municipal, houve a consolidação da economia agrícola produtiva após a construção do açude municipal e a distribuição de terras ao longo do mesmo, pertencente ao primeiro projeto de lei. Esse primeiro projeto engendrou algumas políticas que resultaram em uma breve modernização técnica-urbanística, com a expropriação de algumas terras até então campesinas para a expansão horizontal da sede municipal. Tal reforma teve fundamentação na lógica higienista da produção do espaço urbano, introduzida na Paraíba, na década de 1940, pelo prefeito de Campina Grande Vergniaud Wanderley. O cumprimento do projeto produziu uma espécie de setorização a partir da qual o planejamento da cidade foi definido por zonas, identificando as direções para a expansão da malha urbana e a função residencial, industrial ou comercial de cada zona, bem como o próprio limite da malha urbana para que fossem delimitadas as políticas públicas (SÍLVA, 2011).

Acrescenta-se ainda que no referido período foi planejado um largo, para que a BR 412 não passasse pela zona residencial, e em seu entorno foi construída a Avenida 1º de Abril, como pode ser visto na Figura 3. Tal planejamento viabilizou a construção da Prefeitura Municipal e do Mercado Público Municipal de Sumé, assim como a distribuição de solo urbano para que os comerciantes se deslocassem de seus antigos estabelecimentos para essa nova área urbana e comercial.



Figura 2: Feira-livre de Sumé na década de 1940; Figura 3: O largo da Avenida 1º de Abril e a Prefeitura Municipal de Sumé; Figura 4: Produção de tomate nos perímetros irrigados e os novos fluxos.
Fonte: SÍLVA, Sonielson (2011).

Em menos de duas décadas, as atividades comerciais estavam todas estruturadas e concentradas no entorno do prédio do referido Mercado Público Municipal. Período em que, através das políticas do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), houve a instalação do Perímetro Irrigado de Sumé (PIS), após uma nova redistribuição de terras para uma produção em maior escala de modo sistematizado. De acordo com Mendonça (2010), com a instalação do PIS houve uma reestruturação econômica que ultrapassou os limites dos lotes de irrigação, quando toda a cidade se voltou à dinâmica exercida pela produção de tomate (Figura 4). Este novo evento produtivo dinamizou a economia local, ocasionando o surgimento de restaurantes, oficinas mecânicas, borracharias, postos de combustíveis, além da pavimentação de rodovias. Em paralelo ao crescimento econômico gerado pelos perímetros, houve a inserção do automóvel, modificando a lógica do comércio e do consumo a partir das novas alternativas de locomoção.

No final da década de 1980, em decorrência da própria insustentabilidade desses meios de produção, o açude municipal chegou ao chamado “nível morto” (esvaziamento total de recursos hídricos) e as irrigações foram interrompidas, mais uma vez trazendo instabilidade econômica (MENDONÇA, 2010). Contudo, os fluxos gerados pelas irrigações imprimiram alguns enrugamentos no espaço urbano, como a estruturação do centro comercial e de serviços. Sem dúvida, os capitais gerados nos períodos de maior estabilidade foram reinvestidos, tornando possível que novas formas comerciais fossem introduzidas, diversificando as atividades terciárias e a economia local.

Em meados dos anos 2000, ainda por princípios higienistas e pela própria competitividade existente no centro comercial, sintetizados no projeto urbanístico da cidade, houve o processo de realocação da feira livre e do Mercado Público Municipal,⁸ mudando-o do centro comercial da cidade para um bairro residencial. Em tese, essa nova localização era espacialmente próxima, mas organizacionalmente distante. Tanto que, em pouco tempo, apresentaram-se significativas reduções nos fluxos comerciais, agravando a insatisfação dos feirantes e dos seus consumidores (NECO, 2010). Em 2009, as atividades do setor terciário tomaram novas proporções com a instalação do Centro de Desenvolvimento do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande (CDSA/UFCG). Diante das observações realizadas em campo, constatamos que estes dois últimos eventos são os que mais se evidenciam atualmente, pois os seus respectivos impactos contribuem para um novo arranjo espacial.

⁸ As atividades desenvolvidas pela feira livre de Sumé antes da sua realocação ocorriam, ao mesmo tempo, dentro das instalações do antigo prédio do Mercado Público Municipal e no seu entorno, ocupando ruas e calçadas adjacentes.

5. AS NOVAS FORMAS COMERCIAIS E A RECONFIGURAÇÃO DA DINÂMICA COMERCIAL LOCAL

Os processos espaciais que caracterizam o espaço geográfico em um novo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1997) impõem através da competitividade uma mobilidade espacial, social, cultural e paisagística mais intensa e seletiva. As novas formas comerciais, como os supermercados, as galerias de lojas, shoppings etc. se expandem nesse contexto de inovação e padronização de hábitos de consumo. Sendo assim, em um curto período de tempo apresentam-se grandes transformações sócioespaciais relacionadas diretamente com o papel incisivo do *marketing*, do Estado e das relações sociais que sustentam as novas formas espaciais. No caso do Estado, este se torna atuante nesse contexto com políticas específicas para grupos com capitais maiores.

Ao trazermos essas contribuições para a análise das transformações do arranjo espacial, dando a esta discussão um conteúdo empírico, optamos pela análise comparativa entre as principais vias comerciais que concentram as tradicionais relações sociais da feira livre da cidade de Sumé: a Avenida 1º de Abril e a Rua Manoel Severo entre os anos de 2012 e 2018 (Figura 5). O objetivo central foi compreender o sentido dessas transformações, no tocante à estrutura, processo, função e forma. Diante dessa análise inicial, observamos consideráveis transformações em localidades próximas ao antigo prédio do Mercado Público Municipal decorrentes tanto do planejamento realizado na metade do século passado, destacado no tópico anterior, assim como a própria formação do centro urbano e comercial. Entretanto, no início da formação desse centro, ainda nas décadas de 1950 e 1960, não havia uma definição clara sobre as suas dimensões espaciais (SILVA, 2011).

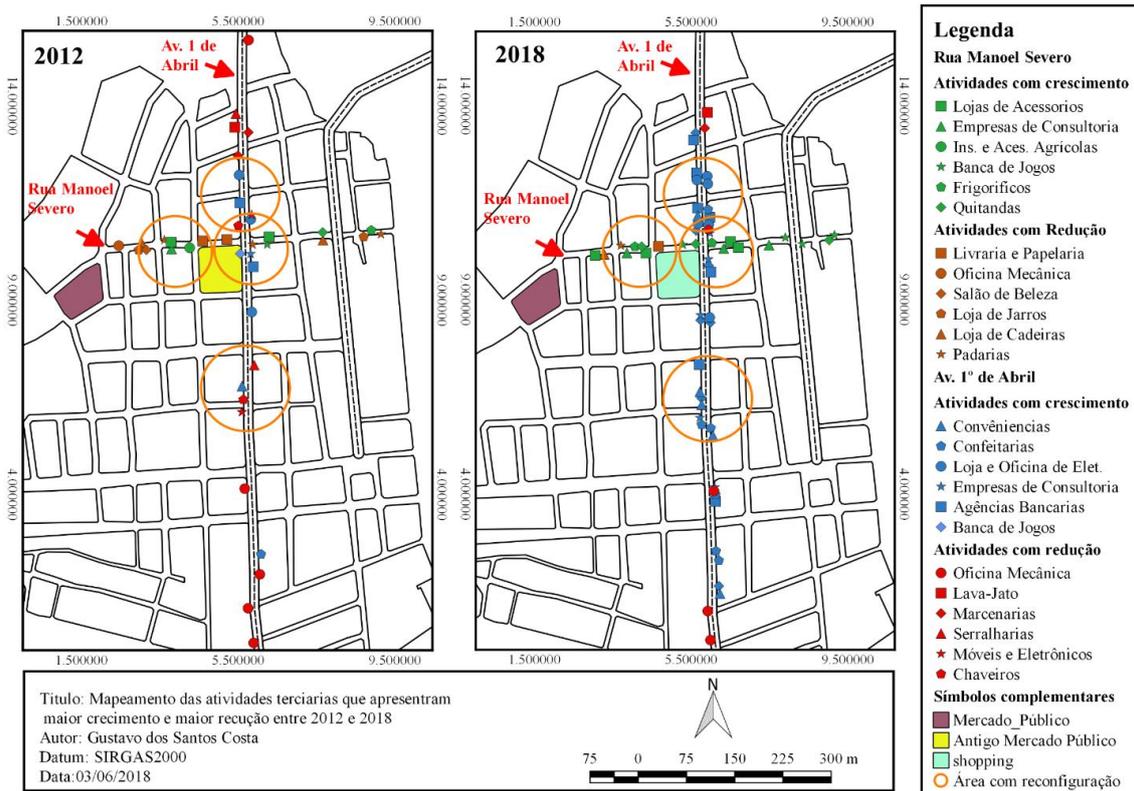


Figura 5: Mapeamento das atividades terciárias que apresentaram maior crescimento e maior redução entre 2012 e 2018.

Fonte: COSTA, Gustavo (2019).

Ressalta-se ainda que, nas décadas acima mencionadas, Sumé possuía níveis de Desenvolvimento Humano e Renda *per capita* menores que os atuais. Assim, considera-se que uma pequena porção da população possuía o capital necessário para investir em construções de prédios comerciais na referida área nascente, o centro urbano e comercial local. Nesse sentido, inexistiam políticas públicas para a inserção de pequenos comerciantes no mercado formal. Analisando a figura 5, é possível perceber algumas permanências dessa configuração no centro urbano e comercial da cidade, principalmente ao referirmos a configuração espacial de 2012, na qual as atividades terciárias tradicionais, como pequenos comércios, marcenarias, relojarias, barbearias, entre outros empreendimentos em que a própria família tem a responsabilidade de gerência, revelando que o caráter tradicional ainda se mantinha predominante. Entretanto, como pode ser visto nos gráficos das figuras 6 e 7, essas formas espaciais, quando comparadas à configuração atual, apresentaram relativa redução em ambos os logradouros, o que nos faz dimensionar a velocidade dessas transformações.

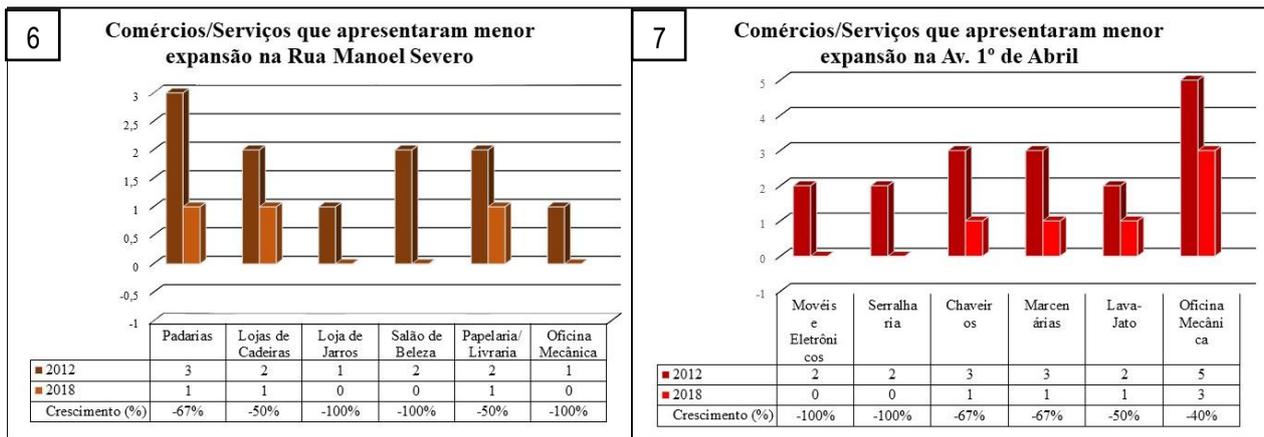


Figura 6: Comércio e Serviços que apresentaram maior redução na Rua Manoel Severo; Figura 7: Comércio e serviços que apresentaram maior redução na Avenida 1º de Abril.
 Fonte: COSTA, Gustavo (2019).

Observando os gráficos, é possível perceber que as formas comerciais que apresentaram maior redução possuem algumas características em comum. Referem-se às atividades com menor nível técnico-informacional e com práticas rudimentares, como as oficinas mecânicas que, apesar de estarem associadas à operacionalidade capitalista, possuem pouca racionalização e informatização, predominantemente geridas por trabalhadores de baixa capacitação técnica e sem qualificação institucional, mas com vasta experiência prática. Essa é uma característica comum às condições de trabalho na região, visto que os indivíduos ingressam no mercado de trabalho em idades inadequadas para trabalhos que exigem maior energia corpórea e baixa formação profissional, como em marcenarias, serralharias, construção civil, entre outras formas de trabalho.

Por outro lado, na atual reconfiguração, outras atividades passaram a receber maior destaque, concentradas principalmente na Avenida 1º de Abril. Destacam-se pela adoção dos elementos paisagísticos coerentes aos moldes contemporâneos. Tratando-se da localização, como pode ser visto nas figuras 8 e 9, apesar de os dados referentes a 2018 apresentarem algumas áreas com maior concentração, a atual espacialização se destaca por sua dispersão e pela nova distribuição horizontal dos pontos de consumo.

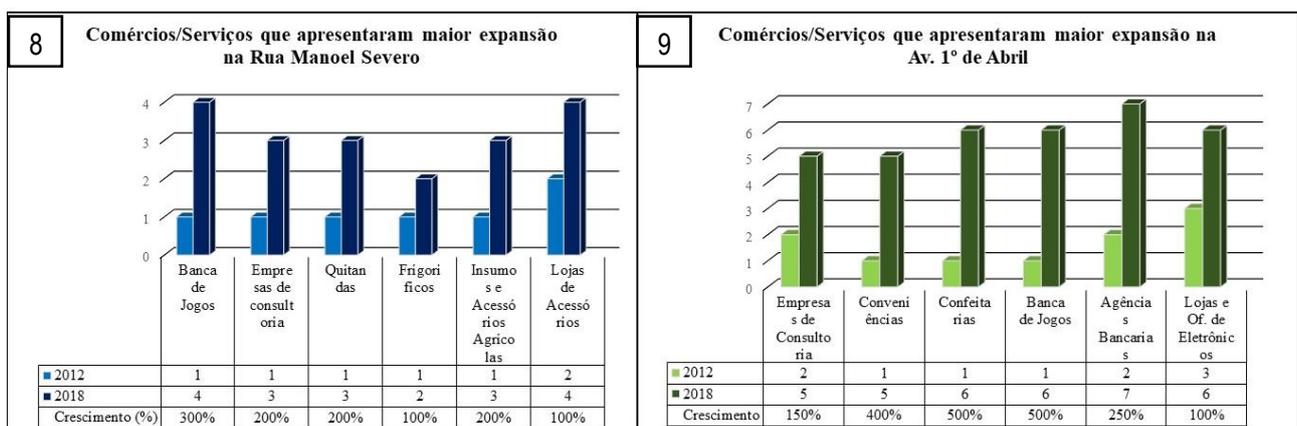


Figura 8: Comércio que apresentaram maior expansão na Rua Manoel Severo; Figura 9: Comércio e Serviços que apresentaram maior expansão na Avenida 1º de Abril.
Fonte: COSTA, Gustavo (2019).

A partir dos dados coletados a respeito das atividades que apresentaram maior expansão nos dois logradouros analisados, identificamos tais transformações como resultantes da racionalização das novas formas espaciais. Pois, as atividades que mais cresceram apresentaram maior adesão aos novos instrumentos técnicos-científicos-informacionais, como lojas e oficinas de aparelhos celulares, agências bancárias, bancas de jogos em rede e empresas de consultoria. Majoritariamente, dispõe-se de uma paisagem de acordo com os novos moldes, como pode ser visto nas Figuras 10, 11 e 12. Atribui-se à Avenida 1º de Abril um caráter de maior capital cultural relacionado à racionalização e à manipulação das práticas cotidianas a partir da nova lógica de cidade pensada desde seu primeiro projeto de lei na década de 1950, eliminando as marcas pré-capitalistas do espaço urbano.



Figura 10: O Shopping Center construído com recursos do município; Figura 11: Galeria da Rua Manoel Severo; Figura 12: Farmácia recém-instalada da Avenida 1º de Abril.
Fonte: COSTA, Gustavo (2019).

Tratando-se especificamente do caso da feira livre de Sumé, observa-se que entre 2010 e 2018 houve o aumento do número de feirantes, ao mesmo tempo em que há o consenso coletivo de que os fluxos no recinto reduziram consideravelmente. Passando de 245 feirantes em 2010 para 261 em 2018 (não há levantamentos anteriores), Neco (2010) destaca que o processo de decadência da feira livre ocorreu em virtude de sua realocação no início dos anos 2000. De acordo com o mesmo, o processo foi resultante de um projeto de lei que consistiu na construção de um novo Mercado Público (figuras 12, 13, 14 e 17) em um bairro fora dos limites do espaço do centro urbano e comercial. Apesar da nova estrutura, em pouco tempo ocorreram fortes quedas nas atividades encontradas na feira livre, reduzindo-se pela metade o tempo de funcionamento desta em decorrência da diminuição dos fluxos.



Figura 13: O Mercado Público Municipal de Sumé-PB na década de 2000; Figura 14: Fotografia do mercado público em 2010; Figura 15: O atual Mercado Público Municipal de Sumé em 2018.

Fonte: COSTA, Gustavo (2019).

Apesar das características peculiares da nova localização serem distintas do perfil comercial relacionado à localização anterior da feira livre, o atual prédio está situado a cerca 300 metros da localização anterior. Cabe observar que a localização não é o principal tampouco o único fator condicionante para a queda na circulação dos capitais. O fator concorrência mostra-se tão incisivo quanto a localização, levando à conclusão de que a realocação apenas agravou um processo que se desencadeou com a expansão de novas formas de comércio associada aos novos desejos de consumo. Como pode ser visualizado no gráfico da figura 16, de acordo como o IBGE, entre os anos 2000 e 2015 houve o crescimento do Produto Interno Bruto do município e, simultaneamente, o aumento da renda Per Capita, o que resultou no aumento do poder de barganha. Todavia, foi nesse período que constatamos reduções nos fluxos comerciais da referida feira livre.

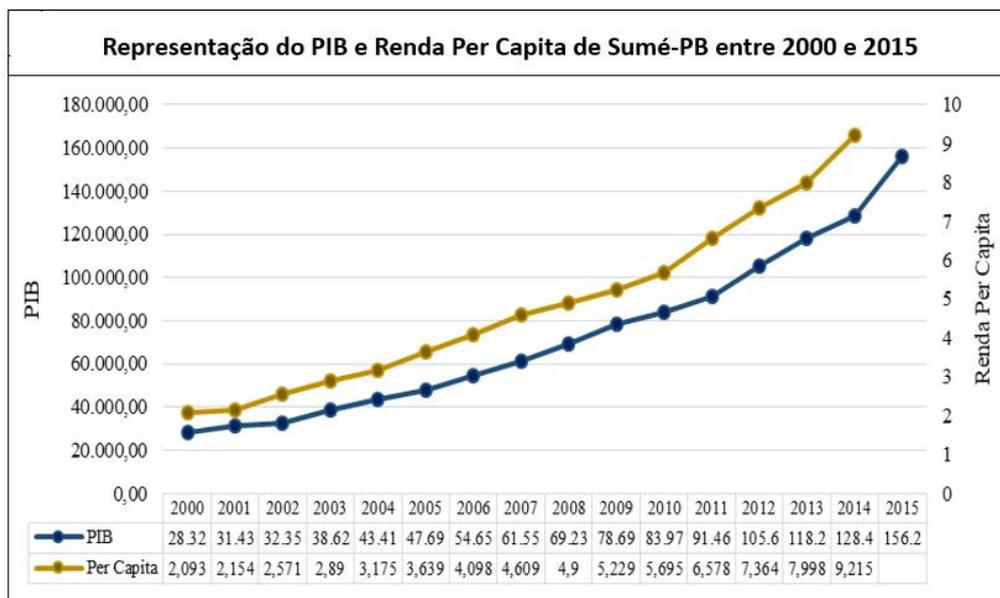


Figura 16: Representação do PIB e Renda Per Capita de Sumé-PB entre 2000 e 2015.

Fonte: COSTA, Gustavo (2019).

A feira livre de Sumé apresenta uma multiplicidade de atividades comerciais e de serviços marcadas por sua relação local/regional. Como aponta Corrêa (1989), a feira livre atua no escoamento da produção local, e, no caso da cidade local (pequena cidade), estabelece uma relação entre o campo e a cidade. Sendo assim, como foi descrito em tópicos anteriores, a economia local/regional ainda se caracteriza pela predominância da agricultura e da pecuária de subsistência, logo, há uma tendência à comercialização de mercadorias derivadas dos excedentes dessas produções.

A partir da caracterização das atividades e dos tipos de comércio encontrados na feira livre de Sumé, foi identificado que 55% de suas atividades estão relacionadas com o comércio de alimentos. Este fato realça sua função enquanto fornecedora de suprimentos básicos para a comunidade circunvizinha, bem como mecanismo de escoamento da produção dessas localidades. Tal constatação nos alerta para o fato de que o esfacelamento dessas formas tradicionais de comércio em virtude da competitividade imposta pela própria conjuntura do sistema econômico vigente resulta na expansão dos novos pontos de consumo de bens não duráveis similares aos encontrados nas feiras livres, contudo sob outras formas de pagamento, comercialização e distribuição.

Propondo caracterizar espacialmente as estratégias de competitividade usadas pelos diferentes atores nas últimas duas décadas, foi possível observar e mapear, mediante dados cedidos pela Prefeitura Municipal de Sumé, os empreendimentos do setor alimentício existentes entre os anos 2000 e 2018, como bodegas, supermercados, quitandas e frigoríficos, como pode ser visto na figura 17. Esses dados apontam não só para o crescimento quantitativo de algumas das atividades mencionadas, mas principalmente para os aspectos qualitativos relativos à distribuição espacial desses mecanismos de consumo, tal como a quebra dos pequenos núcleos de concentração e a descentralização desses empreendimentos, imprescindíveis para a reprodução das novas lógicas das relações de produção por todo o centro urbano e comercial.



Figura 17: Mapeamento do comércio de alimentos no centro urbano e comercial de Sumé
 Fonte: COSTA, Gustavo (2019).

A realocação do Mercado Público Municipal e da feira livre resultou em transformações para além da referida forma espacial. Na figura 17 observa-se uma reconfiguração de todo o centro urbano e comercial, incluindo novas ruas e expandindo-se para novos rumos. Tal reconfiguração é resultado do próprio aumento da competitividade entre as demais formas de comércio que objetivaram ocupar os “vazios” deixados pela realocação do espaço comercial tradicional (Mercado Público Municipal e feira livre) através de pequenos monopólios das redes de lojas, entre outras formas de “cooperação” viabilizadas pela intervenção do Estado, representado pelo poder público municipal, com o objetivo de criar um espaço mais competitivo e “inovador” para os comerciantes com maiores capitais para investimentos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repensar o processo de (re)produção espacial dos centros urbanos e comerciais das pequenas cidades na presente temporalidade é uma tarefa cautelosa, já que se faz necessário estabelecer uma dialética entre os agentes presentes em macroescala e a dinâmica particular de microescala, encontrando sentido analítico na junção dos contraditórios. Tal pretensão teve embasamento na compreensão das transformações ocorridas nas últimas décadas, eventos que, em comparação com as modernizações

ideológicas que se consolidaram no último meio século, não apresentaram significativas distinções relativas ao conteúdo, porém são inéditos no que se refere à velocidade com a qual se concretizaram e expandiram.

Nesse contexto, o centro urbano e comercial torna-se o alvo principal das transformações espaciais, sendo a alocação de novas paisagens e o mecanismo-chave de disseminação dos discursos e das ideologias hegemônicas. Desse modo, elencamos alguns elementos que favoreceram o desenvolvimento das análises sistematizadas dos papéis dos atores sociais na lógica de produção de um espaço racionalizado estruturante das novas formas de consumo e, por consequência, das relações sociais de produção tais quais as exigências do sistema vigente. Assim, correlacionamos nas seções segunda e terceira a relação entre as particularidades da formação dos subespaços de consumo e sua integração na atual dinâmica econômica. Nas seções quarta e quinta, conseguimos apresentar os impactos dessa relação na formação econômica da localidade e na atual dinâmica interna do comércio local, gerando conflitos e novas redes locais e monopólios.

Acrescenta-se ainda o destaque para algumas concentrações espaciais dessas formas comerciais, especificamente no entorno do antigo Mercado Público Municipal, atualmente ocupado pela edificação do “Shopping Center Sumé”, que na verdade trata-se de uma moderna galeria de lojas. Essas duas formas de espacialização se caracterizam pela busca de alternativas que visam absorver os fluxos da feira livre, sendo a primeira pela descentralização e proximidade de outros bairros e a segunda pela formação de um provável aglomerado comercial com maior racionalização do espaço através da criação do denominado “Shopping Center Sumé”, seguindo os moldes hegemônicos, gerando o consumo do espaço e da paisagem, consequentemente, o consumo material.

Todavia, o dia da feira livre, a segunda-feira, ainda se constitui como o principal dia para execução das atividades comerciais e demais atividades terciárias, em virtude da intensificação dos fluxos, caracterizado pela relação campo-cidade e pelo movimento de populações emergidas do campo em busca de alternativas de consumo na cidade, atualmente projetadas para além das feiras livres. Dessa forma, nota-se que a relação entre as vias comerciais inseridas no centro urbano e comercial e a feira livre, situada fora do referido centro, ora é de “concorrência”, ora é de complementaridade. O referido conjunto de formas espaciais, dividido entre os inseridos na feira livre e os fixados no centro urbano e comercial, que competem diretamente pela população consumidora, paralelamente se complementam, considerando-se que as novas formas se apropriam do dia da feira livre e que parte dos feirantes passa a se realocar em direção ao centro urbano e comercial em busca de maiores fluxos.

Assim, conclui-se que o setor terciário da cidade de Sumé é híbrido em relação às novas formas espaciais manifestadas pelo conteúdo capitalista-urbano, estando também associado ao pequeno comércio tradicional ainda encontrado nas ruas como forma de resistência e agregados ao mercado periódico, sendo esses dois ainda marcados pelo caráter agrário. Essas junções formam um arranjo espacial heterogêneo,

mas que, antes de tudo, se expressa pela competitividade que, por sua vez, não é sinônimo de concorrência justa, e sim de apropriação de diferentes mecanismos de ação, alguns já ultrapassados e outros contemporâneos, gerando desigualdades.

7. REFERÊNCIAS

COSTA, G. S.; DINIZ, L. S. (2017). Feiras Livres Regionais: Estudo de Caso a Cerca das Transformações Comerciais na Feira de Sumé-PB. In: Seminário Regional Comércio, Consumo e Cultura nas Cidades, 3., 2017, Sobral. Anais: Comércio e Serviços no Espaço Urbano Regional.

CORRÊA, R. L. (1989). A Rede Urbana. São Paulo: Ática.

DANTAS, G. P. G. (2018). Feiras nordestinas. Revista Mercator, Fortaleza, 7, (13), p. 87-101.

DINIZ, L. S. (2011). As bodegas da cidade de Campina Grande: dinâmicas sócio espaciais do pequeno comércio. 2. ed. Campina Grande: EDUFCEG.

GOMES, R. C. C. In: SILVA, A. B.; GOMES, R. C. C.; SILVA, V. P. (Org.). (2009). Pequenas cidades: uma abordagem geográfica. Natal - RN: EDUFRN.

HARVEY, D. (1980). A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: HUCITEC.

LEFEBVRE, H. (1999). A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG.

_____, H. (2001). O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro.

IBGE (2017). Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. Rio de Janeiro: IBGE.

JOFFILY, I. (1888, Novembro). Gazeta do Sertão. Nº 10. Campina Grande.

MENDONÇA, J. R. N. (2010). DO OÁSIS À MIRAGEM: uma análise da trajetória do Perímetro Irrigado de Sumé - PB no contexto das políticas de desenvolvimento para o Nordeste. Dissertação de (mestrado em Ciências Sociais). UFCG/CG/UACS. Campina Grande- PB.

MOREIRA, E. (1988). Mesorregiões e Microrregiões da Paraíba: Delimitações e Caracterização. João Pessoa: GAPLAN.

NECO, I. R. (2010). A Transferência da Feira Livre de Sumé-PB e as Redefinições Territoriais da Cidade. Monografia de (Graduação em Geografia). UEPB/CEDUC/DG. Campina Grande-PB.

SANTOS, M. (1979). Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes.

_____, M. (1997). A Natureza do Espaço: técnica e tempo/razão e emoção. 2º ed. São Paulo: HUCITEC.

SÍLVA, S. (2011). Das coisas que me precederam: Histórias da cidade de Sumé- PB. João Pessoa: EDUFPB.

SOJA, E. (1993). Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Zahar.

VILLAÇA, F. (2012). Reflexões Sobre as Cidades Brasileiras. São Paulo: Nobel.